

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA ___ª VARA DE FALÊNCIAS
E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE
SÃO PAULO**

DISTRIBUIÇÃO URGENTE

Com pedido liminar inaudita altera parte

(1) ATVOS AGROINDUSTRIAL S.A., sociedade por ações, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 13º andar, Butantã, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.636.745/0001-53 (“Atvos Agroindustrial”); **(2) ATVOS AGROINDUSTRIAL PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 13º andar, Butantã, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.842.690/0001-38 (“Atvos Participações”); **(3) PONTAL AGROPECUÁRIA S.A.**, sociedade por ações, com sede no município de Teodoro Sampaio, estado de São Paulo, na Fazenda Alcídia, s/n, Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.453.403/0001-97 (“Usina Pontal”); **(4) RIO CLARO**

AGROINDUSTRIAL S.A., sociedade por ações, com sede no município de Caçú, estado de Goiás, na Fazenda Santo Antônio, s/n, Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.598.391/0001-08 (“Usina Rio Claro”); **(5) USINA CONQUISTA DO PONTAL S.A.**, sociedade por ações, com sede no município de Mirante do Paranapanema, estado de São Paulo, na Fazenda Conquista do Pontal, Rodovia SP 563, km 13, s/n, Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.298.800/0001-80 (“Usina Conquista do Pontal”); **(6) AGRO ENERGIA SANTA LUZIA S.A.**, sociedade por ações, com sede no município de Nova Alvorada do Sul, estado do Mato Grosso do Sul, na Fazenda São Sebastião, Rodovia BR 267, km 231, s/n, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.906.558/0001-42 (“Agro Santa Luzia”); **(7) BRENCO – COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA RENOVÁVEL**, sociedade por ações, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 13º andar, Butantã, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.070.566/0001-00 (“Brenco”); **(8) DESTILARIA ALCÍDIA S.A.**, sociedade por ações, com sede no município de Teodoro Sampaio, estado de São Paulo, na Fazenda Alcídia, s/n, Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.448.270/0001-60 (“Alcídia”) e **(9) USINA ELDORADO S.A.**, sociedade por ações, com sede no município de Rio Brillhante, estado do Mato Grosso do Sul, na Fazenda São Pedro, s/n, Rodovia MS 145, km 49, ao lado direito no sentido Ipezal/Deodapolis, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.620.523/0001-54 (“Usina Eldorado” e, conjuntamente com Atvos Agroindustrial, Atvos Participações, Usina Pontal, Usina Rio Claro, Usina Conquista do Pontal, Agro Santa Luzia, Brenco e Alcídia, “Grupo Atvos” ou “Requerentes”), vêm, por seus advogados (doc.1), perante V. Exa., com fundamento nos artigos 47 e seguintes da Lei nº 11.101/2005 (“LFR”), formular o presente pedido de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com pedido liminar *inaudita altera parte*, pelas razões a seguir expostas.

I. BREVE HISTÓRICO DO GRUPO ATVOS

1. O Grupo Atvos iniciou as suas atividades no ramo sucroalcooleiro em meados de 2007, como um braço do Grupo Odebrecht¹. Ao longo da última década, desenvolveu as suas

¹ Grupo societário de fato integrado pela Odebrecht S.A., controladora indireta do Grupo Atvos, e suas controladas diretas e indiretas.

atividades nesse ramo por meio da sua principal empresa, a Atvos Agroindustrial, atual denominação da Odebrecht Agroindustrial S.A.

2. Desde a sua constituição, o Grupo Atvos vem expandindo suas operações e adquirindo cada vez mais importância – em termos econômicos e sociais – no setor e no cenário agroindustrial brasileiro.

3. Atualmente, o Grupo Atvos está presente em quatro estados do País – São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul –, nos quais estão instalados os chamados Polo Araguaia², Polo Mato Grosso do Sul³, Polo Goiás⁴, Polo São Paulo⁵ e Polo Taquari⁶; além de dois escritórios, sendo o principal localizado na sede da Atvos Agroindustrial, no município de São Paulo, e o outro no município de Campinas, conforme representado no mapa abaixo:



Fonte: Atvos Agroindustrial

² Unidades em Mineiros (Unidade Morro Vermelho) e Perolândia (Unidade Água Emendada), ambas no Estado de Goiás.

³ Unidade Sana Luzia, em Nova Alvorada do Sul, e Unidade Eldorado, em Rio Brillhante.

⁴ Unidade Rio Claro, em Caçu.

⁵ Fazenda Alcídia, em Teodoro Sampaio, e Unidade Conquista do Pontal, na região do Pontal do Paranapanema.

⁶ Unidade Alto Taquari, no Mato Grosso, e Unidade Costa Rica, em Mato Grosso do Sul.

4. Essas nove unidades industriais estão todas voltadas à produção de etanol, açúcar e energia elétrica, a partir do bagaço da cana-de-açúcar, sendo que as decisões administrativas e gerenciais estão concentradas na sociedade *holding*, à qual as demais estão fortemente vinculadas.

5. O Grupo Atvos desenvolve suas atividades no ramo de **energia renovável**. Pela utilização de biomassa (cana-de-açúcar) são produzidos açúcar VHP e combustíveis, como etanol hidratado e anidro. Trata-se de fonte de **energia limpa**, gerada a partir de materiais que se recompõem em um período relativamente curto de tempo (um ano, equivalente ao tempo da safra), representando, assim, uma alternativa aos combustíveis fósseis como petróleo e derivados.

6. O impacto ambiental do setor sucroalcooleiro, no qual atuam as Requerentes, é positivo na medida em que o setor e o Grupo Atvos contribuem para a criação de uma matriz energética diversificada e sustentável para o País, reduzindo a utilização de recursos cujos efeitos podem ser nocivos ao meio ambiente, em virtude da emissão de gás carbônico (CO₂), responsável pelo efeito estufa⁷.

7. Em razão de sua destacada atuação, o Grupo Atvos é hoje o **segundo maior produtor de etanol do Brasil**, fornecendo produtos para todas as regiões do País, concentrando-se no abastecimento de grandes centros urbanos do centro-sul.

8. As instalações das empresas do Grupo Atvos, como um todo, são modernas e utilizam tecnologia de ponta, o que aumenta de forma significativa a capacidade produtiva das usinas. A colheita da cana-de-açúcar, por exemplo, é totalmente mecanizada. Ou seja, todas as unidades produtivas, seguem um mesmo padrão em termos organizacionais e tecnológicos.

⁷ Cf. <https://www.novacana.com/etanol/beneficios> e <https://www.embrapa.br/soja/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/874/balanco-energetico-da-producao-de-etanol-a-partir-de-cana-de-acucar-e-reducao-na-emissao-de-gases-de-efeito-estufa-gees>. Acesso em maio 2019.

As imagens destacadas a seguir dão a dimensão dos centros sucroenergéticos sob administração do Grupo Atvos:

POLO ARAGUAIA



POLO GOIÁS



POLO TAQUARI



POLO MATO GROSSO DO SUL



POLO SÃO PAULO



Fonte: www.atvos.com⁸

⁸ Acesso em maio de 2019.

9. As unidades das Requerentes, consideradas em conjunto, têm capacidade anual para moer **36 milhões de toneladas** de cana-de-açúcar; produzir **700 mil toneladas** de açúcar VHP; **3 bilhões de litros** de etanol e gerar **3,1 mil GWh** de energia elétrica, com **854 MW** de capacidade instalada, conforme ilustrado abaixo:



Fonte: Atvos Agroindustrial

10. Tudo isso resulta em uma **redução de 2,1 milhões de toneladas de gás carbônico** emitido no mesmo período, atestando assim, em termos numéricos, a realidade acerca dos impactos ambientais positivos antes mencionados.

11. O Grupo Atvos foi o que mais aplicou recursos no setor desde 2007, tendo construído **sete novas unidades**, realizado duas expansões/revitalizações de usinas e investido no plantio de pelo menos **400 mil hectares de cana-de-açúcar**, substituindo em grande maioria pastos degradados.

12. No aspecto operacional, as Requerentes têm capacidade para gerir toda a cadeia de produção dos combustíveis. Ou seja, em conjunto, as Requerentes promovem plantio, cultivo, colheita, moagem e processamento da cana-de-açúcar e do bagaço, concluindo a produção do

etanol e do açúcar VHP, os quais, ao final, são ainda distribuídos e comercializados. Para isso, congregam dezenas de milhares de colaboradores e empregados diretos e indiretos, combinando as **atividades agrícolas e industriais**, em uma operação cuja complexidade decorre essencialmente da multiplicidade de etapas encadeadas para sua completa realização.

13. Essa complexidade das operações agrícolas, industriais, de geração de energia e de logística exploradas pelo Grupo Atvos resulta na criação de diversos postos de trabalho, ocupados por profissionais de diferentes áreas, faixas etárias e qualificações. O Grupo Atvos tem hoje aproximadamente **10.500 empregados diretos**, gera cerca de **5.000 empregos** junto a seus prestadores de serviço diretos e proporciona a geração de mais de **30.000 empregos** indiretos. **Somente no estado de São Paulo, o Grupo Atvos promove, direta e indiretamente, mais de 40.000 empregos.**

14. Sua massa salarial totaliza a impactante soma de **R\$ 66 milhões por mês em folha de pagamento**, gerando renda para milhares de famílias espalhadas nos mais remotos rincões do País, muitas delas tendo como única fonte de renda os proventos obtidos pelos serviços prestados e produtos fornecidos ao Grupo Atvos. Tal fato repercute diretamente na qualidade de vida dessas cidades, a exemplo de Nova Alvorada do Sul e Rio Brilhante, no Estado do Mato Grosso do Sul, próximas à Usina de Santa Luzia⁹.

15. Acresça-se a isso o fato de que as empresas que compõem o Grupo Atvos são relevantes contribuintes para os cofres públicos, pagando cerca de **R\$ 700 milhões de tributos** ao ano. A título ilustrativo, toma-se como exemplo as atividades concentradas no estado de São Paulo – apenas com a operação da Usina Conquista do Pontal e dos escritórios em Campinas e na Capital –, o grupo recolhe aproximadamente **R\$ 20 milhões** em tributos estaduais, além de **R\$ 1 milhão** em tributos municipais por ano.

⁹ Cf. <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/01/09/duas-cidades-de-ms-estao-no-top-dez-das-que-mais-cresceram-entre-as-principais-produtoras-do-agro.ghtml>. Acesso em maio de 2019.

II. RAZÕES DA CRISE ENFRENTADA PELAS REQUERENTES

16. Como se viu no capítulo anterior, as Requerentes possuem uma posição sólida e destacada no setor agroindustrial, com escala e produtividade expressivas. Não obstante isso, no ano de 2016, após sucessivos períodos em que se praticou, no Brasil, uma política de represamento de preços da gasolina, impactando direta e negativamente a precificação do etanol e, por consequência, a capacidade de geração de caixa de muitas empresas do setor, as empresas do Grupo Atvos enfrentaram uma crise de liquidez, em virtude do alto nível de alavancagem e exposição relativa a financiamentos bancários. Esse *stress* financeiro foi equacionado, à época, por meio de uma **renegociação amigável**, conduzida fora do ambiente judicial, dos termos e condições das dívidas com as principais instituições financeiras credoras.

17. Após um período de estabilidade, desde o início de 2018 o setor sucroalcooleiro vem sofrendo com **consequências severas ocasionadas por uma série de fatores externos**, que impactaram negativamente a produção e fizeram com que o faturamento das unidades do Grupo Atvos ficasse em patamares inferiores aos projetados, criando para as Requerentes novos (e ainda mais graves) problemas de liquidez.

18. Dentre tais fatores merece destaque a amplamente divulgada “**greve dos caminhoneiros**”, ocorrida em maio de 2018, com significativos impactos sobre o setor sucoenergético, especialmente os produtores da região centro-sul, tanto na produção dos combustíveis derivados da cana-de-açúcar, quanto na sua comercialização. Isso porque a falta de diesel fez com que a colheita e a moagem da cana-de-açúcar – que deve ser realizada logo após a colheita, para evitar o perecimento da matéria-prima – ficassem paradas por vários dias, gerando um *déficit* de produtividade significativo. Estima-se que a receita perdida pelo setor em decorrência dessa pausa tenha sido de cerca de **R\$ 1,2 bilhão**¹⁰.

¹⁰ O impacto da greve dos caminhoneiros para o setor é fato notório, conforme se pode depreender das notícias divulgadas na época: <https://g1.globo.com/economia/noticia/usinas-de-cana-sao-prejudicadas-por-greve-de-caminhoneiros-diz-associao.shtml>; <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Cana/noticia/2018/06/greve-dos-caminhoneiros-afeta-producao-e-venda-de-acucar-e-etanol.html>; <https://exame.abril.com.br/negocios/47->

19. A produção de derivados de cana-de-açúcar, por ser uma atividade agrícola, possui uma dependência natural em relação ao ciclo de vida da matéria-prima, que não pode ser alterado por intervenção humana ou aplicação de tecnologia, por mais moderna que seja. Uma vez realizado o plantio, é necessário aguardar cerca de nove meses para o desenvolvimento das plantas, até ser atingido o ponto ideal para colheita e moagem. O atraso na realização dessas etapas finais tem como consequência a perda parcial da matéria-prima cultivada durante todo o período. Sendo que tal perda, pela dinâmica da atividade, não pode ser repostada ou recuperada, senão pelo desenvolvimento de toda uma nova safra, desde o princípio.

20. Diante desse cenário, **os recursos que eram esperados com a safra de 2018/2019 ficaram aquém do projetado pelo Grupo Atvos**, em virtude da falta de insumos e entraves na produção gerados pela greve, prejudicando a receita estimada para todo o período. As Requerentes enfrentaram, por conta disso, uma série de dificuldades para fazer frente às suas obrigações financeiras de curto prazo nesse período, cujo adimplemento dependia justamente dos recursos obtidos com a comercialização dos subprodutos dessa safra.

21. A isso somaram-se **problemas de ordem climática** que se pode qualificar como **extraordinários**, não obstante em alguma medida integrem a álea desse negócio. Tais problemas impactaram fortemente a safra de 2018/2019 em toda a região centro-sul do País.

22. No princípio, a forte geada que afetou a região do Mato Grosso do Sul e São Paulo no ano de 2017, onde se localizam as usinas com maior volume de moagem do Grupo Atvos, causou impactos operacionais fortemente negativos, com perdas materiais no volume de cana-de-açúcar disponível na safra de 2017/2018 e perdas no desenvolvimento dos canaviais para a safra de 2018/2019, com reflexos diretos em seus resultados financeiros¹¹.

usinas-de-cana-estao-prejudicadas-por-protestos-diz-unica/
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/paralisacao-de-caminhoneiros-faz-producao-de-acucar-e-etanol-despencar.shtml>. Todos acessados em maio de 2019.

¹¹ Cf. <https://tempo.canalrural.uol.com.br/noticias/2017-07-13/forte-onda-de-frio-traz-geada-para-regiao-sul-e-ms> e <https://www.campograndenews.com.br/economia/geada-afeta-lavouras-de-cana-em-ms-e-producao-cai-6-7-segundo-a-conab>. Todos acessados em maio de 2019.

23. O início da safra seguinte (2018/2019) foi marcado, ainda, por um acentuado período de estiagem, entre abril e julho, dificultando o acúmulo de biomassa e o crescimento da cana-de-açúcar e levando a uma redução da produtividade dos canaviais. Seguiu-se a esse período de seca uma antecipação e intensificação do período de chuvas esperadas para os últimos meses da safra, o que também trouxe dificuldades para o cultivo e colheita das plantas de forma saudável. Isso tudo impactou as usinas do Grupo Atvos que são responsáveis por quase metade da geração da caixa de todas as Requerentes.

24. A redução da produção de cana-de-açúcar e de seus subprodutos, evidentemente, tem como consequência direta a redução do faturamento e a diminuição dos recursos disponíveis em caixa. Com a impossibilidade de fazer frente às suas obrigações de curto prazo, há **risco significativo de aceleração em cadeia das dívidas das Requerentes** e, por conseguinte, de uma corrida dos credores para satisfação de seus créditos, impossibilitando a continuidade das atividades produtivas.

25. Ao mesmo tempo, para que o Grupo Atvos possa dar continuidade às suas atividades, são necessários **vultosos recursos para possibilitar o plantio e o cultivo da cana-de-açúcar**. São elevados os valores necessários para aquisição de adubo e insumos com nutrientes para o solo, bem como para administrar pesticidas para o controle de pragas e manter o sistema de irrigação das mudas. Ou seja, há um limite para redução de gastos imposto pelas características da própria atividade, o qual, se ultrapassado, compromete toda a produção dos canaviais e das usinas, intensificando o descasamento entre o fluxo de despesas e geração de caixa no curto prazo neste momento.

26. Diante desse quadro, as Requerentes iniciaram, desde o final do ano passado, uma série de **tratativas e negociações com seus principais credores**, buscando novamente equacionar, de maneira amigável, os efeitos econômico-financeiros negativos resultantes dos eventos acima indicados.

27. Tal como havia ocorrido no ano de 2016, os credores foram em sua maioria receptivos às negociações, cooperando com o diálogo em busca de uma solução estruturada e definitiva. Nesse ambiente, tais credores se abstiveram, momentaneamente, de tomar medidas agressivas para cobrança das parcelas de principal e juros de suas dívidas, à essa altura já em atraso.

28. As negociações evoluíram satisfatoriamente por alguns meses, criando em todos os envolvidos uma expectativa de que logo se chegaria a bom termo sobre as condições então em discussão. No entanto, desde janeiro deste ano, **contra todas as expectativas do Grupo Atvos, um ataque específico e desgarrado, promovido por um dos credores**, em um comportamento contraditório e individualista, tratou de agravar bruscamente a crise das Requerentes.

29. Tal credor tem adotado, desde então e mais recentemente de maneira intensificada, uma postura desproporcionalmente beligerante no processo executivo, gerando uma instabilidade que acabou por impedir definitivamente a condução das negociações amigáveis com os demais credores.

30. Esse quadro não permitiu ao Grupo Atvos outra saída senão o ajuizamento desta recuperação judicial, que a esta altura se tornou necessária para permitir sua reorganização, visando a preservação de suas atividades, em benefício de todos os seus *stakeholders*.

31. O Grupo Atvos tem plena convicção quanto à sua capacidade produtiva e à viabilidade operacional e financeira, inclusive com potencial de expansão de suas operações. A recuperação judicial é necessária precisamente para viabilizar a superação da crise de liquidez momentânea e o prosseguimento dos seus projetos, estando as Requerentes seguras acerca do atingimento, com êxito, de seus propósitos empresariais uma vez superado o quadro atual.

III. VIABILIDADE FINANCEIRA E OPERACIONAL E NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DAS REQUERENTES

32. Apesar das dificuldades descritas nos capítulos anteriores, o Grupo Atvos, como demonstrado até aqui, possui grande relevância no setor sucroenergético nacional, mantendo

um dos parques industriais mais modernos do setor, com um dos menores custos de produção se comparado a seus pares.

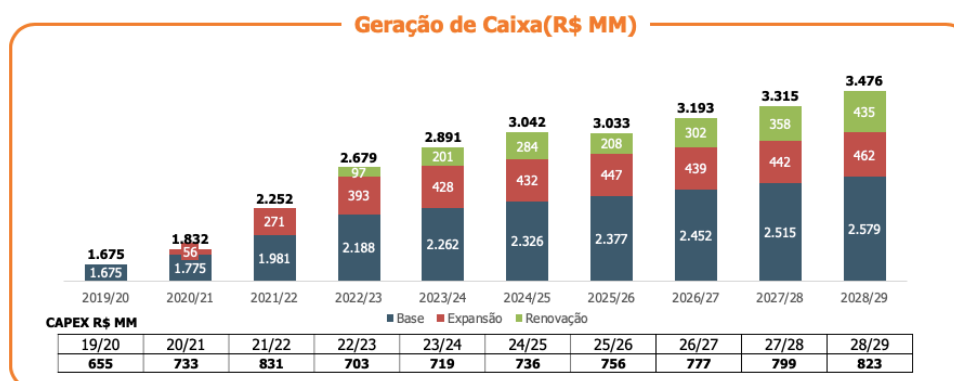
33. A sua viabilidade é reforçada pela vasta cadeia de relacionamentos e contratos já consolidada com fornecedores, distribuidores, vendedores e outros colaboradores que atuam em parceria com as Requerentes, possibilitando o melhor aproveitamento das sinergias entre os diversos agentes do setor canavieiro da região centro-sul do Brasil.

34. A atividade econômica desenvolvida pelas Requerentes, no setor de energia renovável, conta com técnicas e padrões modernos, e com amplas perspectivas de crescimento no cenário global, haja vista a intensificação da busca por fontes alternativas de energia, cuja exploração se dê de forma sustentável.

35. A solidez de um grupo empresarial, com ampla experiência no setor e com perspectivas de reversão da crise de liquidez temporariamente instaurada, em virtude das projeções financeiras elaboradas com rigor por seu corpo técnico, é sem dúvida a melhor demonstração de que a sua manutenção e continuidade são fundamentais para o mercado sucroenergético nacional.

36. A geração de caixa projetada pelas Requerentes corrobora as razões acima apresentadas e confirma a sua viabilidade financeira e operacional, na medida em que os recursos obtidos com a própria atividade permitem os investimentos necessários (expansão de áreas e renovação do canavial¹²) para ocupação da capacidade atualmente ociosa das unidades do Grupo Atvos, contribuindo com o incremento da geração de caixa das Requerentes, conforme demonstrado abaixo:

¹² A viabilidade operacional e financeira do Grupo Atvos foi confirmada por uma instituição independente consultada recentemente para esse fim, a saber, a **Canaplan**, uma empresa de consultoria voltada principalmente ao setor agroindustrial da cana-de-açúcar, com 30 anos de atuação (www.canaplan.com.br).



Fonte: Atvos Agroindustrial

37. O problema de liquidez atualmente enfrentado pelas Requerentes decorre, em grande medida, de fatores externos e pontuais, fora do controle do Grupo Atvos, que impactaram o setor canavieiro de forma global. Decorre, ainda de sua alta alavancagem, que obriga as Requerentes a realizar vultosos pagamentos de juros da dívida periodicamente, e limitam suas alternativas para obtenção de recursos de capital de giro, essenciais no setor sucroenergético, em padrões de mercado.

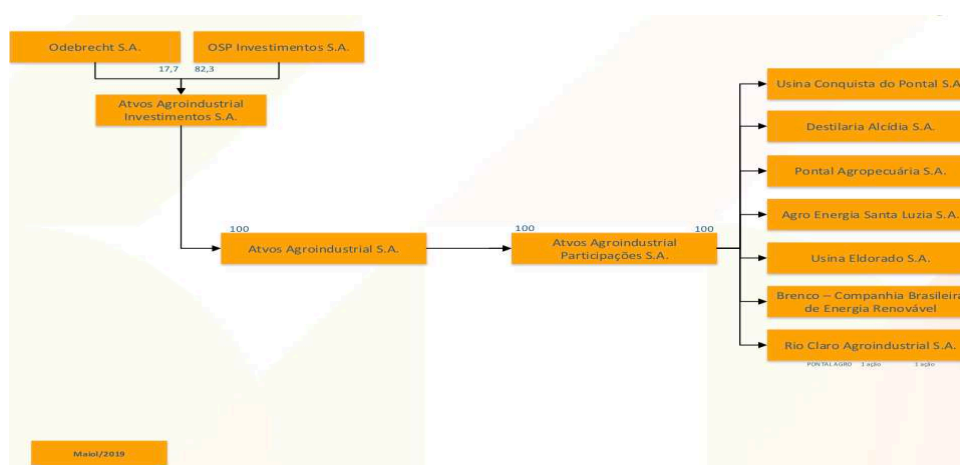
38. Diante disso, faz-se necessária, neste momento e diante das circunstâncias já apresentadas, uma reestruturação das principais dívidas do Grupo Atvos, a fim de solucionar os entraves que atualmente sufocam a saúde financeira do grupo, evitando que seja instalada uma corrida dos credores por seus ativos e possibilitando a continuidade das empresas de forma produtiva, preservando as sinergias econômicas e os bons resultados historicamente produzidos pelo Grupo Atvos, em linha com o que preceitua o artigo 47 da LRF.

IV. LITISCONSÓRCIO ATIVO

39. Conforme apresentado no capítulo inicial, o Grupo Atvos, consideradas apenas as Requerentes, é composto por nove sociedades, dentre elas uma *holding* e uma *sub holding*, respectivamente a Atvos Agroindustrial e a Atvos Participações.

40. As atividades administrativas estão concentradas nessas duas sociedades, que controlam as usinas (não apenas no aspecto societário, mas também operacional), responsáveis pela condução local das atividades de produção de etanol e açúcar a partir da cana-de-açúcar.

41. A estrutura societária do Grupo Atvos está ilustrada no organograma simplificado reproduzido abaixo:



Fonte: Atvos Agroindustrial

42. Enquanto as usinas operam a gestão local das unidades produtivas, nas quais é realizada a atividade agrícola envolvendo o plantio da cana-de-açúcar e o seu processamento para a produção dos subprodutos (açúcar VPH e etanol), a Atvos Agroindustrial concentra a sua administração global, de maneira integrada e centralizada, inclusive a gestão de caixa. Vale dizer, parte representativa dos negócios (especialmente comercialização dos subprodutos da cana-de-açúcar), além dos principais serviços financeiros e legais, inclusive relativos às unidades produtivas sediadas em outras localidades, estão concentrados na sede da Atvos Agroindustrial na capital paulista.

43. A forte integração entre as sociedades do Grupo Atvos deve-se, pois, à sua **gestão administrativa comum**, coordenada pela Atvos Agroindustrial, além da relação horizontal

estabelecida entre as próprias usinas, não obstante cada uma tenha organização e funcionamento próprios.

44. Nessa dinâmica, a Atvos Agroindustrial coordena a produção e comercialização por meio das unidades produtivas, de forma a garantir a homogeneidade dos produtos em termos tecnológicos e qualitativos. Essa gestão permite equacionar eventual desequilíbrio pontual de produtividade entre cada uma das usinas, promovendo importantes ganhos de escala.

45. Além disso, todas essas sociedades estão vigorosamente interligadas pela **estrutura de financiamento do Grupo Atvos**. As principais linhas de crédito são e sempre foram concedidas por um mesmo grupo de credores, para as diferentes usinas, mediante a celebração de instrumentos contendo termos e condições muito semelhantes.

46. Além disso, tais financiamentos contam com garantias reais e fidejussórias prestadas tanto pelas usinas quando pelas sociedades controladoras, no formato de **garantias cruzadas**. Há, inclusive, em diversos desses instrumentos referências expressas ao termo “*Entidades Agro*”, para identificar as sociedades do grupo de forma conjunta e integrada, atribuindo-lhe determinadas prerrogativas contratuais, deveres e responsabilidades comuns acerca dos compromissos financeiros assumidos.

47. Essa estrutura de garantias cria uma verdadeira *teia* no que concerne ao endividamento do Grupo Atvos em relação a cada unidade empresarial, absolutamente usual em formações empresariais como essa, e que torna a sua reunião para fins do requerimento de recuperação judicial imprescindível à sua utilidade.

48. Como referência, veja-se que a Atvos Agroindustrial e a Atvos Participações prestam, cada uma delas, garantias fidejussórias para mais de 80% do endividamento financeiro das demais Requerentes. Além do mais, exemplificativamente, a Usina Santa Luzia presta avais e fianças para dívidas tomadas pelas Usinas Conquista do Pontal, Alcídia, Rio Claro e Eldorado, enquanto uma determinada dívida emitida pela Atvos Participações conta com garantias reais prestadas pela Usina Conquista do Pontal, Alcídia, Brenco, Pontal e Santa

Luzia. Essa lógica se repete na maior parte das dívidas sujeitas a este procedimento concursal, conforme se depreende das listas de credores que acompanham esta peça.

49. Diante da forte sinergia existente entre as Requerentes e do seu estreito vínculo empresarial e financeiro, é fundamental, para viabilizar a solução da crise econômico-financeira por meio da recuperação judicial, que o **processamento desta recuperação judicial se dê em relação a todas as Requerentes, em litisconsórcio ativo**. Trata-se de medida necessária para assegurar o almejado soerguimento das Requerentes.

50. O processamento unificado evita a existência de decisões conflitantes, recaindo sobre fatos, direitos e obrigações em tudo semelhantes. Além disso, é inegável a economia processual decorrente do processamento conjunto da recuperação judicial de mais de uma sociedade, pela indicação de um único administrador judicial e pela coordenação dos tempos e movimentos do rito processual em questão. Tais benefícios são fundamentais para conferir eficiência e segurança jurídica ao processo, essenciais ao soerguimento da empresa em crise.

51. Nessa esteira, ainda que a LFR não contenha dispositivo expresso admitindo o litisconsórcio ativo em casos de recuperação judicial, a doutrina e a jurisprudência largamente o admitem em casos envolvendo grupos econômicos, com sinergia administrativa e operacional e exposição financeira comum, em que somente o processamento da recuperação judicial de forma conjunta pode viabilizar o sucesso da reestruturação almejada – exatamente o caso das Requerentes. Confira-se:

“Admite-se a recuperação judicial do grupo econômico como um todo, hipótese em que as sociedades grupadas se unem em litisconsórcio ativo facultativo para requerer o benefício legal. [...] Em nosso sentir, possibilitar sociedades grupadas, com principais estabelecimentos em comarcas diversas, requererem recuperação judicial em litisconsórcio parece nada mais do que adequado e, em muitos casos, absolutamente necessário”¹³.

¹³ SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. *Recuperação de empresas e falência: teoria e prática na Lei 11.101/2005*. São Paulo: Almedina, 2016, pp. 229-230 (g.n.). No mesmo

52. Dessa forma, pode-se dizer que o que caracteriza um grupo econômico de fato é a existência de diversas sociedades juridicamente independentes, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, mas economicamente interligadas, mediante controle ou direção unitários, a partir da sociedade controladora, exatamente o caso das Requerentes. É evidente que as Requerentes formam um grupo societário e econômico de fato, estando diretamente ligadas umas às outras pelas razões evidenciadas acima.

53. Os Tribunais brasileiros já consolidaram entendimento favorável à possibilidade do processamento da recuperação judicial em litisconsórcio ativo em casos bastante emblemáticos, criando verdadeiro paradigma jurisprudencial. A título exemplificativo, foi admitida a consolidação processual na recuperação judicial do Grupo Abril¹⁴, do Grupo BR

sentido: “*A formação do litisconsórcio ativo na recuperação judicial, a despeito da ausência de previsão na Lei nº 11.101/2005, é possível, em se tratando de empresas que integrem um mesmo grupo econômico (de fato ou de direito). Nesse caso, mesmo havendo empresas do grupo com operações concentradas em foros diversos, o conceito ampliado de ‘empresa’ (que deve refletir o atual estágio do capitalismo abrangendo o ‘grupo econômico’), para os fins da Lei nº 11.101/2005, permite estabelecer a competência do foro do local em que se situa a principal unidade (estabelecimento) do grupo de sociedades. O litisconsórcio ativo, formado pelas empresas que integram o grupo econômico, não viola a sistemática da Lei nº 11.101/2005 e atende ao Princípio basilar da Preservação da Empresa*”. COSTA, Ricardo Brito. *Recuperação judicial: é possível o litisconsórcio ativo?* In Revista do Advogado – Recuperação Judicial: temas polêmicos. Ano XXIX, nº 105. São Paulo: AASP, set./09 (g.n.).

¹⁴ TJSP, Processo nº 1084733-43.2018.8.26.0100, Juiz Paulo Furtado de Oliveira Filho, 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, j. em 16.08.2018, fls. 3408/3419.

Pharma¹⁵, do Grupo Libra¹⁶, do Grupo Oi¹⁷, do Grupo PDG¹⁸, do Grupo Sete Brasil¹⁹ e do Grupo OAS²⁰, entre outros.

¹⁵ TJSP, Processo nº 1000990-38.2018.8.26.0100, Juiz Marcelo Barbosa Sacramone, 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, j. em 11.01.2018, fls. 3285/3294.

¹⁶ TJSP, AI 2195708-27.2018.8.26.0000, Rel. Des. Sérgio Shimura, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. em 18.02.2019.

¹⁷ “Irrefragável que, a despeito da ausência de previsão na lei vigente, a formação do litisconsórcio ativo na recuperação judicial é absolutamente viável, em se tratando de empresas que integrem um mesmo grupo econômico, de fato ou de direito. Nesse caso, mesmo havendo empresas do grupo com operações concentradas em foros diversos, o conceito ampliado de empresa (que deve refletir a dinamicidade do mercado e no atual estágio do capitalismo com abrangência de grupos econômicos), para os fins da LRF, permite estabelecer a competência do foro do local em que se situa a principal unidade do grupo de sociedades. Os doutrinadores destacam, a esse respeito, que o litisconsórcio ativo, formado pelas empresas que integram o grupo econômico, não viola a sistemática da Lei nº 11.101/2005 e atende ao princípio basilar da preservação da empresa. A estruturação do plano de recuperação, contudo, há de merecer cuidadosa atenção para que não haja violação de direitos dos credores”. (TJRJ, Processo 0203711-65.2016.8.19.0001, Juiz Fernando Cesar Ferreira Viana, 7ª Vara Empresarial, decisão de 29.06.2016 – g.n.).

¹⁸ “Deve-se considerar que foi admitido o processamento da recuperação judicial de sociedades integrantes do Grupo PDG. [...] Assim, à vista dos importantes interesses que gravitam em torno do Grupo PDG, que desempenha relevantes funções sociais e econômicas no segmento de mercado em que atua, deve ser possibilitado, como bem consignou o D. Magistrado, o favor legal da recuperação a todas as empresas integrantes do Grupo PDG”. (TJSP, AI 2048484-22.2017.8.26.0000, Rel. Des. Alexandre Marcondes, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. em 15.05.2018 – g.n.).

¹⁹ “O pedido de formação de litisconsórcio formulado pelas recuperandas está amparado nas regras inseridas nos incisos I do referido dispositivo, haja vista a evidente comunhão de direitos e obrigações relativas à lixeira, a justificar a manutenção do litisconsórcio ativo pleiteado, por integrarem as empresas a estrutura jurídica e econômica do Grupo empresarial SETE, com algumas sociedades constituídas em outros países, mas, com o seu principal estabelecimento no Brasil. [...] Nesse contexto, conclui-se que o litisconsórcio ativo pode facilitar o acordo entre as recuperandas e seus credores, possibilitando a superação da crise econômica da atividade empresarial, de forma célere e eficaz. No sentido da admissão da formação de litisconsórcio ativo, em caso similar, já se manifestou esta Corte de Justiça. [...] Ultrapassado o pleno cabimento do litisconsórcio ativo pleiteado pelas Agravantes, indispensável para a eficácia da recuperação judicial das mesmas. [...] Com efeito, a Lei 11.101/2005 não previu a possibilidade do litisconsórcio ativo no pedido recuperacional, mas é indubitável que as normas estabelecidas no Código de Processo Civil em vigor são aplicadas, subsidiariamente, aos processos regidos pela lei falimentar, como já discorrido acima” (TJRJ, AI 0034171-22.2016.8.19.0000, Rel. Des. Carlos Eduardo Moreira da Silva, 22ª Câmara Cível, j. 07.02.2017 – g.n.).

²⁰ “E o exame dos autos revela que a comunhão de direitos e obrigações entre as agravadas está bem caracterizada a justificar a manutenção do litisconsórcio ativo por elas pleiteado. As agravadas reconheceram fazer parte de um grupo empresarial de fato denominado Grupo OAS. [...]. Portanto, admitido em princípio o litisconsórcio ativo no pedido de recuperação judicial, penso que restaram bem evidenciados no caso os motivos legitimantes para a manutenção das empresas requerentes no polo ativo. A integração de todas num mesmo grupo empresarial - situação de amplo conhecimento dos credores e certamente por eles sopesada ao negociar com as recuperandas - somada à forte interligação subjetiva e comercial existente entre as agravadas, condizem com a comunhão de interesses prevista no art. 46, inc. I, da Lei nº 5.869/1.973, a autorizar a manutenção de todas as requerentes no polo ativo do pedido”. (TJSP,

54. Para admitir o processamento da recuperação judicial em litisconsórcio ativo, a jurisprudência vem exigindo a verificação dos seguintes requisitos: identidade de sócios, existência de membros comuns nas instâncias administrativas com centralização do processo decisório, compartilhamento de estruturas, garantias cruzadas e relação de interdependência entre recuperandas²¹.

55. Sendo assim, é inquestionável a necessidade de inclusão de todas as Requerentes no polo ativo da presente demanda, sob pena de se esvaziar a finalidade do instituto da recuperação judicial, na medida em que não será possível assegurar, de maneira segregada, a reestruturação econômico-financeira pretendida e, conseqüentemente, a preservação da empresa e a sua função social.

56. Tratando-se inequivocamente de grupo econômico de fato, e envolvendo sociedades absolutamente dependentes e vinculadas ao controle da Atvos Agroindustrial, com sede e inteligência administrativa em São Paulo, é essencial que todas as sociedades integrantes do

AI 2094959-07.2015.8.26.0000, Rel. Des. Carlos Alberto Garbi, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. em 05.10.2015 – g.n.).

²¹ Nesse sentido, destaca-se o posicionamento do Tribunal de Justiça de São Paulo, notadamente, (i) TJSP, AI nº 2178269-37.2017.8.26.0000, Rel. Des. Alexandre Marcondes, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. em 12.11.2018; (ii) TJSP, AI nº 2206947.62.2017.8.26.0000, Rel. Des. Hamid Bdine, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. em 30.05.2018; (iii) TJSP, AI nº 2180140-05.2017.8.26.0000, Rel. Des. Araldo Telles, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. em 28.05.2018; (iv) TJSP, AI nº 2014254-85.2016.8.26.0000, Rel. Des. Hamid Bdine, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. em 15.06.2016; (v) TJSP, AI nº 2123667-67.2015.8.26.0000, Rel. Des. Fábio Tabosa, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. em 16.11.2015; (vi) TJSP, AI nº 2094959-07.2015.8.26.0000, Rel. Des. Carlos Alberto Garbi, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. em 05.10.2015; (vii) TJSP, AI nº 2116130-54.2014.8.26.0000, Rel. Des. Tasso Duarte de Melo, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. em 13.11.2014; e (viii) TJSP, AI nº 0281187-66.2011.8.26.0000, Rel. Des. Pereira Calças, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. em 26.06.2012. Mais recentemente, as Varas de Falências e Recuperações Judiciais também manifestaram entendimento semelhantes nos processos (i) 1000990-38.2018.8.26.0100, em decisão de fls. 3.285/3.294, proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais Marcelo Barbosa Sacramone, em 11.01.2018; (ii) 1084733-43.2018.8.26.0100, em decisão de fls. 3.408/3.419 proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais Paulo Furtado de Oliveira Filho, em 16.08.2018; (iii) 1125658-81.2018.8.26.0100, em decisão de fls. 4.417/4.428 proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais Tiago Henriques Papaterra Limongi, em 13.12.2018; e (iv) 1008017-09.2018.8.26.0100, em decisão de fls. 2.166/2.175 proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais João de Oliveira Rodrigues Filho, em 02.02.2017.

presente pedido sejam irrestritamente incluídas no presente procedimento de recuperação judicial, a ser processado perante este MM. Juízo, conforme será demonstrado a seguir.

57. Por fim, importa destacar que o requerimento deduzido acima diz respeito apenas ao processamento da recuperação judicial em litisconsórcio ativo, coincidente com a figura da **consolidação processual**²². Eventuais discussões sobre a possibilidade de **consolidação substancial** deverão ser conduzidas, se for o caso, no momento processual adequado, ou seja, quando da apresentação do plano de recuperação judicial. Essa é, inclusive, a orientação destas Varas de Recuperações Judiciais e Falências da Comarca da Cidade de São Paulo nas decisões de deferimento das recuperações judiciais da Livraria Cultura e dos Grupos Abril, Avianca, BR Pharma, Dolly, Handbook e Libra²³, dentre outros, não havendo razões para não ser adotada no caso presente.

V. COMPETÊNCIA DESTE MM. JUÍZO

58. O artigo 3º da LFR preceitua que o juízo competente para deferir a recuperação judicial é o do **principal estabelecimento do devedor**. Na recuperação judicial de grupo econômico, tanto a doutrina como a jurisprudência consideram que o principal estabelecimento é determinado pelo **centro da tomada das principais decisões econômicas e administrativas**

²² Confira-se: “diante da ausência de previsão na lei especial de recuperação e falência, que foi concebida para atender um único devedor, a **consolidação processual surgiu para autorizar que várias sociedades, integrantes de um mesmo grupo, integrem o polo ativo do pleito em litisconsórcio facultativo, com a finalidade de promover a economia processual, celeridade e segurança jurídica**. De outro lado, a consolidação substancial ocorrerá quando os ativos e passivos de mais de um devedor são considerados para o pagamento de todos os credores, indistintamente” (TJSP, AI 2037463-15.2018.8.26.0000, Rel. Des. Araldo Telles, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. em 25.03.2019). No mesmo sentido: TJSP, AI 2072604-95.2018.8.26.0000, Rel. Des. Araldo Telles, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. em 30.07.2018 – g.n.).

²³ Respectivamente: (i) TJSP, proc. n.º 1110406-38.2018.8.26.0100, Juiz Marcelo Barbosa Sacramone, 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais; (ii) Abril: TJSP, proc. n.º 1084733-43.2018.8.26.0100, Juiz Paulo Furtado de Oliveira Filho, 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais; (iii) TJSP, proc. n.º 1125658-81.2018.8.26.0100, Juiz Tiago Henriques Papaterra Limongi, 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais; (iv) TJSP, proc. n.º 1000990-38.2018.8.26.0100, Juiz Marcelo Barbosa Sacramone, 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais; (v) Dolly: TJSP, proc. n.º 1064813-83.2018.8.26.0100, Juiz Marcelo Barbosa Sacramone, 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais; (vi) HB Group: TJSP, proc. n.º 1008017-09.2017.8.26.0100, Juiz João de Oliveira Rodrigues Filho, 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais; e (vii) TJSP, proc. n.º 1077065-21.2018.8.26.0100, Juiz Paulo Furtado de Oliveira Filho, 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais.

do devedor, sendo o juízo daquele local o competente para processamento do pedido. Nesse sentido, confira-se:

“Ao longo dos anos, no Brasil, o principal estabelecimento acabou por se caracterizar, dentre os autores, por critérios de materialidade, como sendo o local onde o devedor centraliza a sua atividade, onde governa os seus negócios; de onde emanam as ordens; onde ocorrem as maiores operações econômicas e financeiras; o ‘mais expressivo em termos patrimoniais’ e ‘onde melhor se atendam os fins da falência, quais sejam, a liquidação do ativo e do passivo’”²⁴.

59. Conforme já demonstrado, na estrutura organizacional das Requerentes, todo o controle estratégico, desenvolvimento de negócios e investimentos partem da Atvos Agroindustrial, centro decisório responsável pelo direcionamento, supervisão e coordenação das usinas, cuja **estrutura administrativa está localizada na cidade e estado de São Paulo**. O mesmo se aplica às negociações e contratações realizadas pelo Grupo Atvos, especialmente a comercialização dos subprodutos da cana-de-açúcar, além das atividades financeira e jurídica, todas concentradas nesse local.

60. Justamente por isso é que este MM. Juízo é o órgão jurisdicional competente para o processamento do presente pedido de recuperação judicial, em linha com o entendimento consolidado na doutrina²⁵ e na jurisprudência sobre a matéria.

²⁴ FELSBERG, Thomas B.; CAMPANA FILHO, Paulo F. *A recuperação judicial de sociedades sediadas no exterior: as lições da experiência estrangeira e os desenvolvimentos no Brasil*. In CEREZETTI, Sheila C. Neder; MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (coord.). Dez anos da Lei nº 11.101/2005: estudos sobre a lei de recuperação e falência. São Paulo: Almedina, 2015, p. 482 (g.n). No mesmo sentido: *“O entendimento predominante aponta como principal estabelecimento o local onde são exercidas as atividades mais importantes da empresa (‘centro das atividades’)”*. SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. *Recuperação de empresas e falência: teoria e prática na Lei 11.101/2005*. São Paulo: Almedina, 2016, p. 124.

²⁵ Essa opinião é compartilhada pela doutrina clássica, tal como atestam TRAJANO MIRANDA VALVERDE e JOSÉ XAVIER CARVALHO DE MENDONÇA. Confira-se: *“A sede administrativa é, com efeito, o ponto central dos negócios, de onde partem todas as ordens, que imprimem e regularizam o movimento econômico dos estabelecimentos produtores.”* VALVERDE, Trajano de M. *Comentários à Lei de Falências*, vol I, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, pp. 98-99 (g.n.); e *“Principal estabelecimento* é o lugar onde o devedor, comerciante ou a sociedade anônima, centraliza a sua atividade e influência econômica; onde todas as suas operações recebem o impulso diretor; onde, enfim, se acham reunidos normal e permanentemente todos os

61. É notório que a interpretação dos Tribunais brasileiros acerca do disposto no artigo 3º da LFR vai na linha de que o principal estabelecimento das sociedades recuperandas é aquele de onde emanam os **comandos destinados à organização de toda a atividade econômica, as principais decisões estratégicas, financeiras e operacionais do grupo litisconsorte**, configurando seu verdadeiro eixo de administração²⁶.

62. A esse respeito, confira-se o entendimento mais recente do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

“Recuperação Judicial Grupo de sociedades - Competência para o processamento - Principal estabelecimento - Local de onde emanam as principais decisões estratégicas, financeiras e operacionais do grupo de empresas - Competência do foro da Comarca da Capital - Agravo provido”²⁷.

“Para a definição da competência atinente ao processamento de um procedimento concursal, como é o caso de uma recuperação judicial, é necessário verificar, nos termos do artigo 3º da Lei 11.101/2005, onde está localizado o centro de atividades da empresa, seu principal estabelecimento, de onde emanam os comandos destinados à organização de toda a atividade

elementos constitutivos do seu crédito. **É, em resumo, o lugar da sede da vida ativa, o lugar onde reside o governo dos negócios do devedor”**. MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*, 6ª ed., vol. VII, livro V. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1960, pp. 272-273 (g.n.).

²⁶ Nesse sentido, destacam-se no Tribunal de Justiça de São Paulo, (i) o Agravo de Instrumento nº 2254760-22.2016.8.26.0000, de relatoria do E. Desembargador Fortes Barbosa, julgado em 1 de março de 2017; (ii) o Agravo de Instrumento nº 2130459-37.2015.8.26.0000, de relatoria do E. Desembargador Ricardo Negrão, julgado em 16 de dezembro de 2015; e (iii) o Agravo de Instrumento nº 0080995-49.2013.8.26.0000, de relatoria do E. Desembargador Alexandre Marcondes, e julgado em 21 de maio de 2013; ainda, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, destaca-se também o Agravo de Instrumento nº 0064637-04.2013.8.19.0000, de relatoria do E. Desembargador Gilberto Campista Guarino, e julgado em 12 de março de 2014.

²⁷ Agravo de Instrumento 2254760-22.2016.8.26.0000 - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, Rel. Fortes Barbosa, em 01.03.2017.

*econômica e é mantido, na maior parte das ocasiões, relacionamento negocial com terceiros*²⁸.

63. O principal estabelecimento das Requerentes, conforme consignado acima e sem sombra de dúvida, situa-se na cidade de São Paulo, pois é onde se encontra a sede administrativa da Atvos Agroindustrial, de onde emanam as principais decisões estratégicas relacionadas à coordenação das atividades de todas as Requerentes e onde são realizadas diversas das atividades referentes à negociação, controles financeiros e jurídicos e conclusão de negócios no âmbito do Grupo Atvos considerado globalmente. Inequívoca, portanto, a competência deste MM. Juízo para processar o presente pedido de recuperação judicial, cujo reconhecimento desde já se requer.

VI. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

64. Expostas todas as causas concretas da situação patrimonial das Requerentes e as razões da crise econômico-financeira que justifica a propositura desta recuperação judicial, as Requerentes apresentam a seguir a relação de documentos que instruem esta petição inicial, nos termos do artigo 51 da LFR.

65. Antes, porém, informam que (i) são sociedades devidamente constituídas e exercem regularmente suas atividades há mais de dois anos (doc. 2); (ii) jamais foram falidas (doc. 2); (iii) jamais obtiveram concessão de recuperação judicial (doc. 2); e (iv) seus administradores e controladores jamais foram condenados pela prática de crimes falimentares (doc. 3), cumprindo assim todos os requisitos legais para requerer a recuperação judicial.

²⁸ Cf. TJSP, AI nº 2058042-81.2018.8.26.0000, Rel. Des. Fortes Barbosa, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. em 07.06.2018. No mesmo sentido, confira-se a decisão do Exmo. juiz Paulo Furtado Oliveira, no processo de n. 1077065-21.2018.8.26.0100, em 27.06.2018 (Grupo Libra): “2 - Quanto à competência, a despeito das atividades mais relevantes das recuperandas serem portuárias e exercidas em Santos e no Rio de Janeiro, nesta capital encontra-se direção das atividades do ‘grupo Libra’, o que autoriza o processamento da recuperação neste juízo”.

66. Além disso, o presente pedido de recuperação judicial é instruído com os seguintes documentos:

- (i) Demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir este pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de (a) balanço patrimonial; (b) demonstrações de resultados acumulados; (c) demonstração do resultado desde o último exercício social; e (d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção (artigo 51, inciso II da LFR) (doc. 4).
- (ii) Relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente, apresentada em versões consolidada e individualizada por requerente (artigo 51, inciso III, da LFR) (doc. 5).
- (iii) Relação integral dos empregados, com as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento, consignando-se que a versão ora apresentada preserva em sigilo os nomes dos colaboradores, sendo que a versão integral está à disposição deste juízo (artigo 51, inciso IV, da LFR) (doc. 6).
- (iv) Certidão de regularidade das Requerentes no Registro Público de Empresas, atos constitutivos atualizados e atas de nomeação dos atuais administradores das Requerentes (artigo 51, inciso V, da LFR) (docs. 7, 8 e 9, respectivamente).
- (v) Relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores das Requerentes (artigo 51, inciso VI, da LFR) (docs. 10 e 11, respectivamente).

- (vi) Extratos atualizados das contas bancárias das Requerentes e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras (artigo 51, inciso VII, da LFR) (doc. 12).
- (vii) Certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede das Requerentes e naquelas onde possuem filiais (artigo 51, inciso VIII, da LFR) (doc. 13).
- (viii) Relação, subscrita pelas Requerentes, de todas as ações judiciais em que figurem como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados (artigo 51, inciso IX, da LFR) (doc. 14).

67. As Requerentes informam que atribuíram aos documentos do item (v) acima **caráter sigiloso** no momento do protocolo, em razão da confidencialidade das informações neles contidas. Tais documentos devem permanecer em segredo de justiça, de modo que o acesso a eles apenas seja franqueado a este MM. Juízo, ao Ministério Público e ao administrador judicial a ser nomeado nestes autos, sob pena de violação do direito de proteção à intimidade de cada um dos indivíduos cujas informações pessoais integram a documentação, nos termos do artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal.

68. A atribuição de segredo de justiça às informações detalhadas, desagregadas e íntimas de cada um dos indivíduos referidos nos documentos acima, encontra-se perfeitamente alinhada com o inciso LX do artigo 5º da Constituição Federal, conforme já reconhecido pela doutrina²⁹ e jurisprudência³⁰.

²⁹ A esse respeito, cf. SACRAMONE, Marcelo Barbosa. *Comentários à lei de recuperação de empresas e falência*. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 235; COELHO, Fábio Ulhoa. *Comentários à lei de falências e de recuperação de empresas*. 11. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 215; e AYOUB, Luiz Roberto; CAVALLI, Cássio. *A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas*. Rio de Janeiro: Forense, 2013, pp. 98-99.

³⁰ STF, HC 96.056-PE, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, j. em 28.06.2011.

69. Por fim, em consonância com o disposto no artigo 122, inciso IX, da Lei nº 6.404/76, as Requerentes informam que obtiveram autorização expressa para o ajuizamento do presente pedido de recuperação judicial, *ad referendum* da assembleia geral de acionistas de cada uma das Requerentes, conforme se pode verificar dos documentos anexos (doc. 15).

VII. PEDIDO LIMINAR *INAUDITA ALTERA PARTE*: SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO CAPAZ DE COMPROMETER A VIABILIDADE DAS REQUERENTES E DESTA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

70. Para viabilizar a presente recuperação judicial, é imprescindível que este D. Juízo determine, antes mesmo de qualquer outra providência, em **caráter liminar e de urgência, a suspensão da execução nº 100043-23.2019.8.26.0011**, em trâmite perante a 5ª Vara Cível do Foro Regional de Pinheiros/SP (doc. 16).

71. A referida execução tem por objeto a cobrança de **crédito concursal de mais de R\$ 1 bilhão**, cuja origem decorre de operação de emissão de debêntures, pela Atvos Participações, para obtenção de capital de giro em favor das Requerentes.

72. Após pagar pontualmente **todas as parcelas mensais de juros**, desde setembro de 2017 até novembro de 2018, e depois de propor amigavelmente à credora a prorrogação do vencimento da parcela de dezembro, dada a dificuldade momentânea do seu pagamento, a Atvos Participações viu sua dívida acelerada por cláusula de vencimento antecipado pelo não pagamento pontual dessa parcela (de cerca de R\$ 40 milhões), com o consequente ajuizamento de execução da totalidade do valor contratado.

73. Cuida-se, neste caso, de iniciativa movida por **um único credor** que, destoando da postura cooperativa e amigável dos demais, **iniciou uma corrida para a cobrança das Requerentes**, tendo obtido a penhora sobre parte muito significativa de todo o canavial explorado pelo Grupo Atvos, dado em penhor para garantia do referido crédito na origem.

74. Depois de determinada a penhora, muito recentemente, foram proferidas **decisões em primeira e segunda instância capazes de causar severos danos às Requerentes** em

momento de necessária preservação de recursos em caixa para viabilizar o seu soerguimento por meio da recuperação judicial ora proposta.

75. Com efeito, após decisão judiciais anteriores que não viabilizavam a continuidade das atividades das Requerentes, em 23 de maio de 2019, foi proferida decisão autorizando, ainda em sede de liminar **a credora a levantar determinados valores já depositados nos autos da execução pelo Grupo Atvos** (doc. 17).

76. Não bastasse isso, o juízo da execução determinou, em decisão da última **sexta-feira dia 24 de maio** (doc. 18), em linha com as determinações de decisão monocrática proferida pelo E. Tribunal de Justiça, a realização de **depósito de parcela dos recebíveis de venda dos subprodutos da cana-de-açúcar pelas Requerentes em montante substancial**, o que inviabiliza completamente o cumprimento de obrigações prioritárias e necessárias para a manutenção de suas atividades operacionais, sob pena de bloqueio de contas via *Bacenjud* já determinado.

77. Esclareça-se, neste ponto, que o valor a ser depositado nos autos da execução no prazo de dois dias, conforme indicado acima, corresponde a nada menos que **65% de toda a receita proveniente das vendas dos subprodutos da cana-de-açúcar** penhorada naqueles autos. Vale dizer, boa parte das receitas provenientes da comercialização do etanol pelas Requerentes deveria ser neste momento depositada em juízo, sob pena de bloqueio imediato de suas contas correntes.

78. Todos esses valores, portanto, seriam direcionados à satisfação única e exclusiva desse crédito que, por suas características e pela valoração das garantias que o garantem, **estará sujeito à recuperação judicial uma vez deferido o seu processamento**, estando devidamente listado no quadro de credores apresentado neste ato. De modo que tal tratamento, neste momento, significaria clara violação ao princípio do *pars conditio creditorum*, além de representar **risco real de inviabilização desta recuperação judicial e da continuidade das Recuperandas**, por meio uma reestruturação global bem-sucedida de seu passivo, que por todas as razões já apresentadas solidamente se espera alcançar.

79. E não é só. Caso não seja imediatamente suspensa tal execução e as respectivas medidas constritivas e expropriatórias, o Grupo Atvos estará sujeito a restrições patrimoniais que recairão, invariavelmente, sobre os recursos necessários para que possa manter suas operações correntes. Ou seja, a medida concedida pela pelo MM. juízo da 5ª Vara Civil do Foro Regional de Pinheiros **gerará o risco de comprometer significativamente a produção das usinas do Grupo Atvos**, visto que as Requerentes não terão recursos para fazer frente a despesas operacionais essenciais para suas atividades – tudo isso em detrimento dos demais credores financeiros, parceiros operacionais e colaboradores das Requerentes.

80. A suspensão de uma única execução que, de forma isolada, tem o condão de comprometer todo o soerguimento de um complexo grupo empresarial, com diversos *stakeholders*, está perfeitamente em linha com o *princípio da preservação da empresa*, permitindo às Requerentes implementar o projeto de superação da sua crise financeira momentânea por meio desta recuperação judicial³¹.

81. Diante desse quadro, é clara a presença dos requisitos previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil para autorizar a concessão da liminar ora pleiteada.

82. Com relação ao *fumus boni iuris*, todas as considerações feitas até aqui e a indicação de que todos os requisitos legais foram preenchidos (conforme capítulo VI acima) demonstram que o **processamento desta recuperação judicial deve ser deferido**. Com isso, haverá também a suspensão das ações e execuções contra as Requerentes, inclusive a de nº 1000043-23.2019.8.26.0011 em referência, nos termos do artigo 6º, §4º da LFR. Ou seja, o que se pretende, *in casu*, é a **mera aplicação da LFR para antecipação específica de um dos efeitos decorrentes do processamento da recuperação judicial**, em relação a um crédito a ela sujeito.

³¹ Diversas decisões proferidas pelas Varas de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo já concederam medidas liminares, ao apreciarem pedidos de recuperação judicial, com objetivo de preservar as atividades das requerentes. Como exemplo pode-se mencionar: a decisão proferida pelo Exmo. juiz Marcelo Barbosa Sacramone no processo de n. 1064813-83.2018.8.26.0100, em 27.06.2018 (Caso Dettal Participações – “Dolly”) e pelo Exmo. juiz Tiago Henriques Papaterra Limongi no processo de n. 1125658-81.2018.8.26.0100, em 13.12.2018 (Caso Avianca).

83. Uma vez deferida a recuperação judicial, os credores, inclusive a exequente, apenas poderão ser pagos conforme as formas e condições a serem definidas no plano de recuperação judicial devidamente aprovado, sem a destinação de valores para a satisfação individual de credores específicos.

84. O *periculum in mora*, por sua vez, é inquestionável. A não concessão da liminar pleiteada terá para o Grupo Atvos impactos **no prazo de dois dias determinado pelo juízo da execução, que se encerra nesta sexta-feira dia 31 de maio**, com a imediata **inviabilização de suas operações por falta de recursos**, pois estes deverão ser direcionados ao cumprimento das ordens judiciais mencionadas, ou serão bloqueados via *Bacenjud*, causando inclusive impactos aos demais credores em vista do concurso que será instaurado.

85. Por outro lado, **não há qualquer risco de dano para a credora exequente**. Caso não seja deferido o processamento da recuperação judicial, hipótese que se admite apenas para argumentar, a credora poderá sempre utilizar as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para satisfazer os seus créditos. Logo, a execução cuja suspensão ora se pretende poderá prosseguir normalmente, inclusive no que diz respeito às medidas constritivas já deferidas naqueles autos.

86. Tendo isso presente, um simples juízo de **proporcionalidade** deixa evidente que a concessão da medida liminar ora pleiteada é a medida mais **prudente e equilibrada** neste caso. Enquanto o prosseguimento da execução poderá comprometer a operação do Grupo Atvos e a viabilidade do processo de recuperação judicial, para a credora, a sua suspensão, caso posteriormente revertida, significará apenas alguns dias adicionais de espera para o depósito dos valores em juízo. É **inexistente**, pois, qualquer *periculum in mora reverso*.

87. Por todas essas razões, as Requerentes entendem que deve ser concedida a tutela de urgência para determinar antecipadamente a suspensão da execução em referência (Processo nº 1000043-23.2019.8.26.0011), **notadamente para suspender as obrigações de depósito de valores determinada pelo juízo da execução e impedir a continuidade de medidas constritivas sobre o patrimônio das Requerentes**.

88. Por fim, cumpre registrar que o juízo no qual se processa a recuperação judicial é o competente para decidir sobre quaisquer medidas constritivas sobre o patrimônio das recuperandas – inclusive neste caso em que se pretende antecipar os efeitos da decisão de deferimento e suspensão das ações e execuções em curso.

89. Tal competência se estende inclusive aos créditos extraconcursais, e ainda mais aos concursais, visto que o juízo recuperacional é o que possui melhores condições para avaliar a situação patrimonial das recuperandas e quaisquer impactos que possam interferir no procedimento concursal. Nesse sentido é o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça:

“AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA - EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - ATOS CONSTRITIVOS AO PATRIMÔNIO PRATICADOS EM SEDE DE EXECUÇÃO FISCAL - COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL - PRECEDENTES. 1. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que é do juízo em que se processa a recuperação judicial a competência para promover os atos de execução do patrimônio da empresa, evitando-se, assim, que medidas expropriatórias possam prejudicar o cumprimento do plano de soerguimento.

2. No que diz respeito à Lei n.º 13.043/2014, que acrescentou o art. 10-A à Lei n.º 10.522/2002, possibilitando o parcelamento de crédito de empresas em recuperação, a Segunda Seção decidiu que a edição da referida legislação não repercute na jurisprudência desta Corte Superior a respeito da competência do juízo da recuperação, sob pena de afrontar o princípio da preservação da empresa. Precedentes da Segunda Seção. 3. Agravo regimental desprovido”. (AgRg. no CC 140.146/SP, Rel. Min. MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, j. em 24/02/2016).

VIII. CONCLUSÃO E PEDIDOS

90. Diante de todo o exposto, tendo sido adequadamente comprovado que as Requerentes preenchem todos os requisitos necessários ao deferimento do presente pedido de recuperação

judicial, bem como apresentados todos os documentos exigidos pela LFR, as Requerentes requerem:

- a) Seja acolhido o **pedido liminar *inaudita altera parte***, formulado no capítulo VII acima, para ser desde logo determinada, antes mesmo de qualquer providência, a **imediata suspensão da execução** objeto do Processo nº 1000043-23.2019.8.26.0011, inclusive e especialmente a determinação de depósito de valores ordenada pelo juízo da execução, bem como a de bloqueio de recursos via Bacenjud, no prazo que se encerra nesta sexta-feira dia 31 de maio de 2019;
- b) **Defira o processamento da presente recuperação judicial**, de forma conjunta em relação a todas as Requerentes, nos termos do artigo 52 da LFR, determinando a realização dos atos e providências previstos nos incisos I a V e no §1º do mesmo dispositivo, quais sejam (i) nomear o administrador judicial; (ii) determinar a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as Requerentes exerçam suas atividades; (iii) ordenar a suspensão de todas as ações e/ou execuções em curso contra as Requerentes, nos termos do artigo 6º, §4º, da LFR; (iv) intimar o Ministério Público e comunicar as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal; e (v) publicar o edital a que se refere o §1º do artigo 52 do mesmo diploma; e
- c) Determine o regular andamento da presente recuperação judicial, com a prática dos atos previstos na LFR, até o seu encerramento, por sentença, nos termos do artigo 63 da LFR, após a esperada concessão da recuperação (artigo 58, LFR), uma vez aprovado o plano, a ser apresentado pelas Requerentes, nos termos do artigo 53 da LFR; e
- d) Determine a autuação dos documentos 10 e 11 em sigilo, facultado o acesso apenas a este MM. Juízo, ao representante do Ministério Público e ao administrador judicial.

91. As Requerentes informam que apresentarão plano de recuperação no prazo estabelecido no artigo 53 da LFR.

92. Por fim, requerem que todas as intimações relativas ao presente pedido, em especial aquelas mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, sejam efetivadas exclusivamente em nome do advogado **Eduardo Secchi Munhoz**, OAB/SP nº 126.764, sob pena de nulidade.

93. As guias de custas, devidamente recolhidas, referentes ao ajuizamento da presente recuperação judicial e ao instrumento de procuração dos advogados signatários desta petição inicial, seguem anexas (doc. 19).

94. Atribui-se à causa o valor de R\$ 11.962.764.977,37 (onze bilhões, novecentos e sessenta e dois milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, novecentos e setenta e sete reais e trinta e sete centavos).

Termos em que, pedem deferimento.

São Paulo, 29 de maio de 2019.

Eduardo Secchi Munhoz
OAB/SP nº 126.764

Laura Amaral Patella
OAB/SP nº 313.970

Carolina Kiyomi Iwamoto
OAB/SP nº 305.287

Gabriela Ristow
OAB/SP nº 412.463

Renata Prado Sardenberg
OAB/SP nº 423.295

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

NÚMERO	DOCUMENTO
DOC. 1	Procurações
DOC. 2	Declarações das Requerentes para fins do artigo 48 da LRF e certidões negativas de falência e recuperação judicial
DOC. 3	Declarações dos administradores para fins do art. 48 da LRF
DOC. 4	Demonstrações Contábeis dos últimos três exercícios e levantadas especialmente para instruir o pedido
DOC. 5	Lista de credores
DOC. 6	Lista de Empregados
DOC. 7	Certidões de Requerentes no Registro Público de Empresas
DOC. 8	Atos constitutivos das Requerentes
DOC. 9	Atas de nomeação dos atuais administradores
DOC. 10	Relação de bens dos controladores
DOC. 11	Relação de bens dos administradores
DOC. 12	Extratos das Contas Bancárias das Requerentes
DOC. 13	Certidões dos cartórios de protesto
DOC. 14	Relação de ações subscrita pelas Requerentes
DOC. 15	Autorização societária para o ajuizamento do pedido
DOC. 16	Inicial da execução de nº 1000043-23.2019.8.26.0011
DOC. 17	Decisão monocrática proferida em 23.05.2019 nos autos do Agravo de Instrumento nº 2097061-60.2019.8.26.0000
DOC. 18	Decisão proferida em 24.05.2019 nos autos de nº 1000043-23.2019.8.26.0011
DOC. 19	Comprovantes de recolhimento das guias de custas